Tendências recentes e perspectivas futuras do turismo no Polo Costa dos Coqueiros (Sergipe) e na Costa da Mata Atlântica (São Paulo)

Resumo: O estado de Sergipe encontra-se representado no Mapa do Turismo Brasileiro por cinco regiões turísticas, já São Paulo conta com cinquenta e uma regiões catalogadas no mesmo documento (Portaria MTur n° 197, de 14 de setembro de 2017). Este trabalho buscou caracterizar a gestão do turismo no âmbito dos estados de Sergipe e São Paulo, tendo sido empregadas para tanto pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Trata-se de estudo descritivo, cuja abordagem da análise dos dados coletados foi qualitativa. Verificou-se publicações recentes que retrataram, sim, boas práticas, mas fragilidades no que tange ao gerenciamento dos *stakeholders* atuantes no setor de viagens e turismo, tanto em nível local quanto regional e estadual. Além disso, a literatura sugere descompasso – e com isso oportunidades – na ação governamental.

Palavras-chave: turismo; políticas públicas; sistema de turismo; gestão pública municipal.

Abstract: Sergipe is represented in the Brazilian Tourism Map by five tourist regions, and São Paulo has fifty tourist regions listed in the same document (Portaria n° 197, September 14, 2017). This work aimed to characterize tourism management in the states of Sergipe and São Paulo and was used both bibliographical and documentary research. The study is characterized as descriptive, whose approach was qualitative. Recent publications have portrayed good practices, but weaknesses in the stakeholders' management in the travel and tourism sector, at local, regional and federal levels. In addition, the literature suggests mismatch – and hence opportunities – in governmental action.

Key-Words: tourism; public policy; tourism system; management.

Introdução

Este estudo foi elaborado a partir do contexto brasileiro e partiu da premissa de que a ação articulada entre os múltiplos *stakeholders* atuantes no setor de viagens e turismo em um destino turístico pode dinamizar o mercado local/regional, incrementando resultados operacionais e impactando positivamente em sua competitividade.

Quais lacunas existentes na gestão do turismo nos destinos analisados podem ser identificadas por meio da literatura? Para responder a este problema de pesquisa, foram elaboradas duas seções voltadas ao referencial teórico, nas quais buscou-se apresentar tendências recentes e perspectivas futuras a respeito da gestão do turismo nos destinos-foco deste trabalho.

Este artigo apresenta, então, resultados derivados de projeto de extensão universitária desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP Câmpus Cubatão), e que faz parte dos esforços de aproximação com instituição congênere no estado de Sergipe. Assim, o objetivo da pesquisa foi caracterizar a gestão do turismo no âmbito dos estados de Sergipe e São Paulo.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa empírica, cuja natureza é descritiva (GIBBS, 2009; CRESWELL, 2010), trata-se de estudo teórico com foco em duas regiões turísticas brasileiras: Polo Costa dos Coqueiros (Sergipe), região Nordeste, e Costa da Mata Atlântica (São Paulo), região Sudeste. Buscou-se caracterizar a gestão da atividade turística na contemporaneidade, conforme enunciado no título deste trabalho, com vistas a tendências recentes e perspectivas futuras.

A seção de referencial teórico foi estruturada em duas partes. Na primeira, procedeu-se análise de publicações recentes sobre o estado de Sergipe e, em especial, sobre o destino Polo Costa dos Coqueiros e a capital sergipana. Para a elaboração da primeira parte foi feita pesquisa bibliográfica sistemática.

Na segunda parte do referencial teórico foram analisadas publicações sobre a gestão do turismo no estado de São Paulo e, especialmente, do destino Costa da Mata Atlântica. Para a elaboração da segunda parte foi feita pesquisa bibliográfica exploratória (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; CRESWELL, 2010; GODOY, 1995).

Mais detalhadamente, na primeira parte da seção seguinte primeira é apresentado o referencial teórico a respeito da gestão do turismo no contexto do estado de Sergipe. O propósito foi identificar publicações que relatassem boas práticas e mesmo apresentassem lacunas e oportunidades para o desenvolvimento turístico.

Para a elaboração da primeira parte do referencial teórico foi feita pesquisa bibliográfica sistemática. A busca foi realizada no dia 05 de maio de 2018 na plataforma *Scholar Google* e foram empregados os termos “gestão”, “turismo” e “Aracaju”. Ao todo, foram identificados 1.020 resultados de publicações citadas entre 2016 e 2018 (até o mês de maio), entre conteúdos de diversas naturezas (primeira etapa).

Foram consideradas publicações ainda mais recentes, descartadas as duplicidades e inconsistências (segunda etapa) e, em seguida, procedeu-se a leitura dos títulos em busca de materiais com aderência ao objetivo desta pesquisa. Assim, foi feita a seleção de quarenta e sete publicações a serem catalogadas (terceira etapa) para a identificação das palavras-chave e o foco de cada publicação. Na quarta etapa foram selecionadas as publicações que serviram diretamente para a elaboração desta seção do trabalho.

Já na segunda parte da seção referencial teórico, ao contrário do que foi feito na anterior, adotou-se estratégia exploratória para a composição das obras analisadas. A opção deu-se, primeiro, por conta da variedade de publicações cujo objeto de estudo ou área de abrangência são a RMBS, mas que relatam pesquisas feitas em áreas como gestão ambiental e engenharias de um modo geral, o que é reflexo da importância e impactos gerados pelo Porto de Santos. Em segundo lugar consta a familiaridade prévia dos autores com o estudo desta região no que tange à gestão do turismo.

Em seguida procedeu-se pesquisa documental para fundamentar a caracterização dos destinos turísticos analisados. A abordagem empregada para se analisar os dados coletados foi qualitativa (GODOY, 1995).

Referencial teórico

Gestão do turismo no estado de Sergipe: Polo Costa dos Coqueiros

Em estudo exploratório-descritivo, Provinciali et al. (2003) abordaram a "Hospitalidade Aracajuana" com foco em meios de hospedagem e serviços de alimentação, tendo sido aplicados questionários (*survey*) junto a cento e vinte e oito empresários de negócios sediados na orla da capital sergipana (entre a Praia dos Artistas até o final da Rodovia José Sarney, no bairro Mosqueiro), entre junho e agosto de 2002.

O objetivo da pesquisa foi levantar o perfil do empreendimento, do empresário e da mão-de-obra alocada, o impacto socioeconômico resultante e o mapeamento dos elos da cadeia produtiva. Os autores empregaram abordagem mista (quali-quantitativa) e verificaram a "necessidade de aprimoramento e capacitação dos empresários para a melhor condução dos negócios, a gestão compartilhada para gerar conhecimentos e promover economias de aglomeração, criar eficiência coletiva e estimular o empreendedorismo" (ibidem, p. 1)

Brito e Araújo (2006) partiram da premissa de que o Estado é administrador do sistema de turismo, exercendo ações para o desenvolvimento do setor de viagens e turismo. Segundo os autores (ibidem, p. 254) "a configuração das estruturas organizacionais do turismo condiciona, em larga medida, o resultado dessa função de liderança".

Cabe registrar aqui o aparato institucional voltado à gestão do turismo do estado de Sergipe que era composto, à época, pela Secretaria de Estado do Turismo (Setur), pela Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur), entidade vinculada à Setur, e pela Unidade Executora Estadual do Prodetur em Sergipe (UEE/SE), subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (Seplantec). A partir dos resultados do estudo os autores verificaram, à ocasião da pesquisa, pouca articulação entre os entes governamentais, sobreposições de funções "intra" e interorganizacionais e, além disso, baixa institucionalização

inerente aos processos de planejamento, desenvolvimento e nas ações de *marketing* turístico.

Ao analisar como empresas hoteleiras de pequeno porte utilizavam-se da rede de cooperação para garantir sua participação no mercado, Cerqueira, Sacramento e Teixeira (2010) adotaram dois meios de hospedagem (hotéis) localizados na Orla de Atalaia, zona turística da capital sergipana, e que atuavam em cooperação com outras empresas da rede turística.

A pesquisa apontou que a formação da rede de cooperação trouxe vários benefícios para os componentes: aumento da demanda turística do estado, redução de custos com divulgação, possibilidade de aprendizagem mútua entre os componentes da rede e o compartilhamento de informações.

Silva e Andrade (2011) contemplaram a questão da construção da imagem dos destinos turísticos, elemento fundamental para sua consolidação mercadológica. No artigo, os autores trataram de analisar a prostituição enquanto uma externalidade negativa que "ameaça a sustentabilidade turística de uma localidade, mesmo sendo uma prática antiga e integrada ao cotidiana, interfere na construção da imagem dos espaços consumidos pelo turismo e denigre a imagem do destino" (ibidem, p. 44).

O objetivo da pesquisa foi analisar os impactos da atividade de prostituição na (des)construção da imagem de um destino turístico, tendo adotado a Orla de Atalaia como área de abrangência da pesquisa, pois cerca de 90% de todos os equipamentos e serviços turísticos encontram-se localizados neste bairro. Os resultados do estudo atestaram que os impactos negativos eram maiores nas imediações dos pontos de prostituição e estavam relacionados com barulhos, atentado ao pudor e prática de entorpecentes – derivados da prática da prostituição em si. Não foi observado, à época, desvalorização imobiliária na região. É destacável a diferença na percepção deste fenômeno por parte de empresários (trinta entrevistados), da população residente (trinta respondentes), dos turistas (quarenta entrevistados) e das profissionais do sexo (vinte

respondentes) – todos *stakeholders* que influenciam e/ou são influenciados pelos fluxos turísticos.

A avaliação das potencialidades e os investimentos realizados no litoral sergipano, em especial, no contexto do Polo Costa dos Coqueiros foram temas centrais na pesquisa de Santos e Santos (2013). A região-foco é o Polo Costa dos Coqueiros, que é composta pelos seguintes municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

A partir dos resultados do estudo, foi possível aferir a diversidade da oferta turística regional, assim como o potencial para o desenvolvimento de segmentos turísticos que ofertem experiências relacionadas ao patrimônio arquitetônico (material), cultural (imaterial) e ambiental. Neste sentido, como visto nesta seção, fica patente a importância da atuação consorciada entre os *stakeholders* atuantes no setor de viagens e turismo e a articulação planejada entre os diversos níveis de governo.

Mendes et al. (2013) analisaram os equipamentos de esporte e lazer implantados na Orla de Atalaia. No artigo, foi analisada a infraestrutura desta localidade, entre maio e dezembro de 2010, quando foram avaliados os seguintes aspectos: condições de manutenção, acesso e uso dos equipamentos.

Entre os resultados, à época da pesquisa, foi verificado o processo gradativo de privatização de alguns equipamentos públicos e a carência de projetos e políticas públicas de incentivo ao pleno acesso da população aos equipamentos, além de deficiências em relação a sanitários, transporte público para acesso a Orla de Atalaia e segurança pública na localidade.

A região central do município de Aracaju foi tomada como área de abrangência da pesquisa de Santos e Pinheiro (2013). As autoras analisaram a evolução urbana do Centro da cidade a partir de uma perspectiva histórica, desde a década de 1990, quando tiveram início os processos de inserção de novos usos – inclusive do turístico – em busca de sua (re)valorização histórica e cultural. Ao

todo, foram apontadas doze diretrizes para o desenvolvimento desta localidade, considerando os conflitos territoriais existentes à época da pesquisa, entre estas (ibidem, p. 65): Programas de financiamento, por meio de empréstimos para projetos de revitalização de prédios privados do perímetro urbano central; Projeto de implantação de meios de comunicação que promovam a interpretação patrimonial no Centro Histórico; Programas de educação patrimonial, a partir de parcerias entre universidades, órgãos públicos e escolas da rede pública e privada; e Incentivo à moradia popular na área.

Fagundes et al. (2015) lançaram questionamento sobre o Centro Cultural de Aracaju, perguntando: O que falta para se tornar referência no estado? O objeto de estudo se trata de edifício histórico, que passou por restauração e foi reaberto ao público enquanto espaço cultural em outubro de 2014. Os autores relatam, entretanto, que em pouco tempo o Centro Cultural de Aracaju passou a ser subutilizado. É relevante citar que o edifício dispõe de biblioteca, museu e teatro públicos.

Por meio de análise SWOT, os autores apresentaram relevantes reflexões e mesmo propostas de ação para a (re)estruturação deste espaço, que, à ocasião da pesquisa, ainda era “estranho” tanto para moradores quanto para turistas. Na visão dos autores (ibidem, p. 9):

> [...] “enquanto não possuir identidade marcante, o Centro Cultural de Aracaju continuará sendo apenas um residente estranho na capital sergipana, e o caminho para que ele se torne um “bom conterrâneo” se mostra extenso, mas se traçado com cuidado, no fim será gratificante”.

Novamente, a questão da construção da imagem do destino turístico, que é também composta pela reputação de seus atrativos, equipamentos e serviços públicos e privados, equipamentos e serviços, emerge como tema contemporâneo para pesquisa e ação mercadológica.

Sartore (2017) tratou de analisar os bares “pé-na-areia”, que são atração importante para o mercado turístico local, aponta a autora. A pesquisa analisou

o conteúdo de duzentas avaliações sobre dois destes estabelecimentos na plataforma TripAdvisor (foram selecionados os dois mais bem ranqueados para compor o objeto de estudo). Para a elaboração do trabalho a autora partiu do princípio de que as avaliações escritas (depoimentos) sobre estes estabelecimentos, publicadas na referida plataforma, são representações coletivas que expressam um consenso compartilhado sobre o que significa ir a um bar na praia em Aracaju.

Os resultados foram analisados por meio de oito categorias, a saber: cenário/praia, localização, preço, detalhe da experiência, definição, atendimento, estrutura e comida. É interessante notar as dimensões materiais, imateriais, subjetivas e objetivas impregnadas nestas variáveis, que são detalhadas a contento na publicação. É relevante apontar aqui que os serviços – e de modo geral também – são moldados por aspectos contratuais (qualidade, higiene e segurança alimentar preço etc.) e outros não contratuais (experiência e conforto, por exemplo).

Soares et al. (2017) objetivaram analisar a governança no planejamento da atividade turística com base no conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) no município de Aracaju. Os autores desenvolveram pesquisa documental e procederam a aplicação de entrevistas junto a informantes-chave atuantes no setor de viagens e turismo neste destino.

Os resultados obtidos foram categorizados de acordo com as seguintes variáveis: visão estratégica, coordenação entre instrumentos e organismos, capacidade institucional, transparência, apoio cidadão e monitoramento. Verificou-se a ausência de visão estratégica em nível local, de carência coordenação entre instrumentos e organismos da administração pública local e regional e de organismos colegiados. Os aspectos positivos identificados foram os seguintes: existência de planejamento estratégico em nível estadual, inclusive, com dotação orçamentária suficiente e com medidas de monitoramento previstas.

Semião (2017) apresenta relatório do projeto de iniciação científica “Governança do turismo no município de Aracaju: uma análise com base no conceito dos Destinos Turísticos Inteligentes”, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da professora Dra. Jennifer Caroline Soares. Os resultados do projeto apontaram que a governança do turismo demanda fortalecimento por parte da administração pública municipal vigente. A pesquisa revela lacunas e atesta a relevância da articulação planejada entre os governos municipal e estadual, no sentido de consolidar uma identidade sergipana, assim como potencializar o produto turístico “Aracaju”. Outro aspecto relevante neste relatório é a elaboração e o detalhamento do arranjo institucional do turismo no estado de Sergipe na atualidade.

Este trabalho foi especialmente importante para a presente pesquisa por ter apresentado os resultados das entrevistas pessoais semiestruturadas feitas com oito informantes-chave atuantes no setor de viagens e turismo no estado de Sergipe e na capital Aracaju. Foram entrevistados representantes de organismos governamentais, entidades setoriais e lideranças empresariais ligadas ao planejamento do turismo.

É relevante citar o rigor científico do projeto, o que reflete na profundidade e consistência do relatório apresentado. Neste sentido, tanto este projeto de iniciação científica quanto seus autores e pesquisas relacionadas, potencialmente se consolidarão como referencial para estudos futuros nesta seara.

Entre os resultados das entrevistas, identificou-se a publicação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Coqueiros, que, desde sua primeira versão (2001/2003) passando por revisões posteriores, até o presente é o norteador da ação governamental para a gestão pública setorial do turismo na região. Não há outros planos, inclusive na capital, então este documento serve como referência para o estado, o Polo Costa dos Coqueiros e o próprio município de Aracaju.

Na seção seguinte é apresentado um levantamento bibliográfico com foco em publicações da área de turismo que tomaram a região da Costa da Mata Atlântica – denominação turística da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), região administrativa do estado de São Paulo composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Guarujá, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente – ou seus municípios componentes como área de abrangência.

Gestão do turismo no estado de São Paulo: Costa da Mata Atlântica

Nos anos 1990 destaca-se a publicação de Vaz (1999), quem apontou que à época não existia "consciência metropolitana entre os municípios da região, não havia um consequente projeto global". O autor (ibidem, p. 262) afirma que "algumas cidades estavam ainda debatendo internamente a formulação de uma política de turismo".

Conforme o autor, as principais lacunas na gestão da atividade turística se referiam à articulação entre os múltiplos stakeholders atuantes no setor, na dependência dos fluxos turísticos da alta temporada de verão (dezembro a março) oriunda da capital paulista e do modelo de turismo autônomo, já que turistas acessavam a região prioritariamente usando veículos particulares e hospedando-se em residências (próprias, alugadas, emprestadas etc.). O autor aponta que não existiam esforços de indução do fluxo turístico por meio de pacotes turísticos das operadoras tradicionais do mercado, de modo que a região não estava inserida no mercado turístico nacional.

A partir da massificação do turismo no litoral paulista a partir dos anos 1970, Tulik (2001) afirma que os fluxos turísticos do estado de São Paulo são oriundos do "turismo de fim de semana" e se caracterizam pela hospedagem em residências secundárias. Assim, torna-se possível compreender mais claramente o perfil do visitante e as motivações que o levam ao litoral paulista.

De acordo com Tulik e Roque (2003, p. 93), a “reestruturação do espaço da orla vicentina visava atender às novas exigências de uma demanda que buscava hotéis, pensões e, principalmente, residências secundárias que, a cada ano, se tornavam mais numerosas”. As autoras referem-se especialmente ao município de São Vicente, uma das nove cidades da RMBS.

A RMBS foi objeto de investigação em artigo oriundo de dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos. Claro e Souza (2009, p. 89) afirmam que “(...) pontos históricos de importância nacional, belezas naturais, atrações culturais, diversão e uma excelente estrutura de serviços” fazem de Santos um destino possível de ser visitado durante todo o ano, ao contrário do que preconiza o modelo sazonal do Turismo de Sol e Praia.

Também a respeito da atividade econômica relativa ao turismo, Aulicino (2011) constitui-se em texto fundamental, já que demonstra que o turismo pode ser fator de desenvolvimento regional. Do ponto de vista teórico, resgatou-se a problemática regional e para operacionalizar a pesquisa, retomou-se conceitos relativos a bens e produtos característicos do turismo, segundo parâmetros da Organização Mundial do Turismo (OMT). Foi estabelecida a hipótese de que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional e para confirmá-la, selecionou-se dois conjuntos de municípios do estado de São Paulo, diferenciados pela presença ou não da atividade turística. Dados dos municípios foram então avaliados a partir da fórmula do Quociente Locacional da Teoria da Base Econômica Regional, que mede a concentração de uma certa atividade numa determinada área, em relação a distribuição dessa atividade em um espaço geográfico que abrange a primeira.

É pertinente citar o trabalho de Dias (2012), quem empreendeu pesquisa sobre a atividade econômica do município de Itanhaém. Os objetivos do estudo foram identificar as políticas públicas voltadas para o fomento ao turismo em nível local e verificar se estas conseguem atingir as mais variadas camadas da sociedade por meio da distribuição de receitas de maneira equitativa. A publicação abordou,

ainda, os impactos ambientais, sociais e culturais oriundos do desenvolvimento da atividade turística que devem ser considerados no processo de planejamento na localidade e em sua região de entorno.

Santos, cidade sede da RMBS, possui em vigência o Programa de Revitalização e Desenvolvimento de sua região central histórica, também conhecido como “Alegra Centro”, tema central da investigação de Santos, Guizi e Cavenaghi (2014). A partir dos resultados da publicação, que se concentrou em pesquisa documental, constatou-se que a ação ou a inércia do poder público municipal é capaz de fomentar ou desestimular os negócios no setor de viagens e turismo em nível local e regional.

Santos (2015) adotou com objeto de estudo três dos nove municípios da Costa da Mata Atlântica: Cubatão, Itanhaém e Santos. O autor atestou que nos municípios analisados falta se desenvolver diálogo e ações conjuntas para promoção do turismo em nível regional. Os resultados do estudo evidenciaram o diminuto alcance que as ações do governo estadual têm sobre a região no que tange ao turismo e a fragilidade de entidades setoriais.

Como apontado nos resultados do estudo, a inoperância dos conselhos municipais de turismo nas cidades analisadas tende a empurrar para baixo o nível de qualidade dos produtos e serviços ofertados pelo *trade* turístico local o que diminui o potencial de competitividade das localidades e da região como um todo.

Fato que as relações interorganizacionais se materializam por meio de pessoas, que estabelecerão relacionamentos pautados e fundamentados em valores como a colaboração e o altruísmo se motivadas para tanto. Verificou-se que a ação governamental tem condições administrativas e operacionais de acolher a seus *stakeholders* e proporcionar-lhes meios, canais, espaços para o estabelecimento e a manutenção de relacionamentos consistentes e duradouros em prol de ganhos e benefícios difusos.

Para isso, entretanto, mostrou-se necessário desprendimento, vontade política e capacidade técnica e gerencial para estabelecer e liderar planos, programas e

projetos consistentes e sustentáveis que viabilizem a constituição de um ambiente de negócios competitivo no setor de viagens e turismo.

Verificou-se que há relacionamento e estabelecimento de parcerias entre as instâncias de governança do turismo locais e os *stakeholders* indicados por estas. Ocorre que as ações realizadas em conjunto são pontuais e não tendem a converterem-se em políticas públicas para o setor.

Identificou-se, ainda, que não há uma liderança setorial na região, o que aumenta a importância e a influência da ação governamental. Atualmente, o Plano Diretor de Turismo da Região Metropolitana da Baixada Santista encontra-se defasado dado que sua publicação original aconteceu no ano de 2003. Outro instrumento desenvolvido pelo poder público estadual que serve como diretriz para o desenvolvimento regional do turismo é o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (PMDE), material apresentado ao público em 28 de maio de 2014. O PMDE constitui-se no mais recente relatório sobre o turismo em nível regional disponível.

Conforme o documento (AGEM, 2014, p. 59), “a sazonalidade que ocorre durante o verão nos municípios litorâneos amplia consideravelmente as atividades de comércio e serviço, destacadamente as informais”. No relatório, afirma-se que a região “caracteriza-se pela grande diversidade de vocações, atrativos e atividades turísticas presentes nos municípios que a compõem”. Ocorre que “a grande maioria dos gestores públicos municipais não possui, por exemplo, um plano de ação visando reverter os efeitos negativos da sazonalidade, para buscar novos tipos de turistas”. É justamente a partir deste ponto em que a ação governamental passa a fazer diferença de modo efetivo na vida do empreendedor.

Ainda nas palavras expressas no Plano, os municípios “não dispõem de produtos turísticos formatados e estruturados para comercialização efetiva, apesar de toda a diversidade e quantidade de atrativos turísticos”. Fica patente a incapacidade do poder público em nível municipal no sentido de fomentar a

articulação entre o empresariado local e liderar, estimular acordos comerciais que viabilizem a compra antecipada, planejada dos produtos locais.

Os resultados da pesquisa apontaram, também, para certa passividade e distanciamento das instâncias de governança locais em relação a seus *stakeholders*, que, como identificado nas entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos dirigentes municipais de turismo, relatam parcerias e ações conjuntas pontuais e que não tendem a converterem-se em políticas públicas.

Estudo publicado por Meneguel, Cordeiro e Deus (2016) tratou da RMBS e sua identificação, posicionamento e competitividade no mercado turístico nacional. A pesquisa possui caráter exploratório e adotou como objetivo identificar o conhecimento do visitante frente à marca "Costa da Mata Atlântica". Como técnica de coleta de dados, foram empregados questionários semiabertos, cuja fundamentação teórica baseou-se na teoria da notoriedade de uma marca. Os resultados apontaram para a fragilidade da marca, o que se mostrou original da desarticulação entre os *stakeholders* atuantes no setor.

Segundo Tineo e Tomazzoni (2017, p. 128), no contexto da Costa da Mata Atlântica há carência de liderança setorial, de modo que "(...) as relações de redes devem ser fortalecidas para que os vínculos de confiança e capital social não enfraqueçam o desenvolvimento do turismo na Costa da Mata Atlântica (...)". Os autores fazem referência, ainda, à ineficiência e de mobilização por parte do Costa da Mata Atlântica Convention & Visitors Bureau.

Em duas publicações recentes, os resultados de Santos (2015) foram revisitados sob a prerrogativa da proposição de caminhos para pesquisas e aplicações futuras. Segundo Santos e Wada (2017, p. 39), os dirigentes municipais de turismo e seus stakeholders entrevistados – indicados por meio de *snowball sampling* – reconheceram que a ação governamental pode "dinamizar o setor de viagens e turismo em níveis local e regional, o que (...) ajuda a aumentar a competitividade tanto das empresas do setor quanto do destino como um todo".

Já em Santos e Wada (2018, p. 166) os resultados de Santos (2015) foram analisados à luz das proposições apresentadas para tal pesquisa. Assim, os

autores apontaram “que não há uma liderança setorial na região, o que aumenta a importância e a influência da ação governamental”.

Resultados e discussão

Foi possível identificar lacunas a serem preenchidas no que tange a gestão do turismo, tanto no Polo Costa dos Coqueiros (Sergipe) (BRITO; ARAÚJO, 2006; SILVA; ANDRADE, 2011; SOARES ET AL., 2017) quanto na Costa da Mata Atlântica (São Paulo) (CLARO; SOUZA, 2009; SANTOS; GUIZI; CAVENAGHI, 2014; SANTOS, 2015). Isso significa que há oportunidades para ação seja no âmbito do poder público ou na iniciativa privada.

É possível destacar que as duas regiões dispõem de instituições públicas, organizações privadas, centros de formação profissional e entidades do terceiro setor atuantes no turismo. Verifica-se, com isso, que os primeiros passos no sentido da consolidações destes destinos já foram tomados. Ocorre que há carências no gerenciamento destes atores e suas demandas (SANTOS; WADA, 2017; 2018).

A partir das obras analisadas foi possível inferir que há pouca articulação entre o empresariado, os organismos governamentais, as entidades setoriais e as instituições de ensino. Isso, provavelmente, é refletido na inclinação dos pesquisadores em estudar os serviços de hospitalidade (TULIK, 2001; ROQUE, 2003; PROVINCIALI ET AL., 2003; CERQUEIRA; SACRAMENTO; TEIXEIRA, 2010; MENDES ET AL., 2013; FAGUNDES ET AL., 2015; SARTORE, 2017; TULIK) em detrimento das questões acerca do território (VAZ, 1999, AULICINO, 2011; SANTOS; PINHEIRO, 2013; SANTOS; SANTOS, 2013; SEMIÃO, 2017;).

A institucionalização de foros voltados ao diálogo entre os múltiplos *stakeholders* atuantes no destino é fator relevante para sua consolidação a “difusão de memórias das atividades e do processo de atuação da gestão pública municipal” (SEMIÃO, 2017, p. 43).

Feita, também, a pesquisa documental foi possível caracterizar mais criteriosamente ambos os destinos e coloca-los em perspectiva comparada (quadro 1).

Estados	Sergipe	São Paulo
Região administrativa relacionada	Região Metropolitana de Aracaju	Região Metropolitana da Baixada Santista
Dispositivo legal original	Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995	Lei Complementar n° 815, em 30 de julho de 1996
Ano de fundação	1995	1996
Área territorial (Km²)	864.506	2.419.930
População residente	951.073	1.813.033
Regiões turísticas	Polo Costa dos Coqueiros	Costa da Mata Atlântica
Município sede	Aracaju	Santos
Municípios componentes	13	9
Municípios componentes	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente
Entidade empresarial com influência regional	Aracaju Convenion & Visitors Bureau	Costa da Mata Atlântica Convention & Visitors Bureau
Formato jurídico	Fundação	Associação
Organismo paraestatal com atuação estadual	Câmara Empresarial de Turismo (Fecomércio)	Conselho Estadual de Turismo

Quadro 1: Caracterização das regiões turísticas. Fonte: Elaboração dos autores.

Foram identificadas publicações recentes, concentradas a partir dos anos 2000, que retrataram, sim, boas práticas, mas fragilidades no que tange ao gerenciamento dos *stakeholders* atuantes no setor de viagens e turismo, tanto em nível local, regional e estadual. Além disso, a literatura sugere descompasso – e com isso espaço para ação institucionalizada e articulada com a sociedade – na ação governamental entre todos os três níveis.

Considerações finais

Quais lacunas existentes na gestão do turismo nos destinos analisados podem ser identificadas por meio da literatura? Respondendo ao problema de pesquisa enunciado, tais lacunas são: descontinuidade de políticas públicas e carência generalizada no gerenciamento sistemático dos múltiplos *stakeholders* atuantes no setor de viagens e turismo.

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar a gestão do turismo no âmbito dos estados de Sergipe e São Paulo, então, como resultado da pesquisa, foi possível elaborar um referencial teórico sobre tendências recentes e perspectivas futuras para o turismo nas regiões do Polo Costa dos Coqueiros e da Costa da Mata Atlântica, além de quadro que possibilita sua análise em perspectiva comparada.

Considera-se como fragilidade deste trabalho a própria realidade brasileira, na qual encontram-se imersos ambos os destinos analisados. As mesmas fragilidades inerentes a estes podem ser observadas em nível federal. A aparente desvinculação entre a ação federal, dos estados, regiões e municípios é, deste modo, flagrante, o que impacta a relevância e potencial de internacionalização de estudos como o presente.

Pesquisas futuras poderão, sim, valer-se do referencial teórico apresentado, mas recomenda-se que determine e aplique modelo, abordagem e/ou enfoque metodológico para a análise, por exemplo, da competitividade ou sustentabilidade das destinações em questão.

Referências

AGEM. Agência Metropolitana da Baixada Santista. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista. (2014).** Disponível em: <http://www.agem.sp.gov.br/midia/pmdebs.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

ALESE. Assembleia Legislativa (Sergipe). **Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995**. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/leis-complementares/leis-complementares-ler/?Numerolei=96>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

AULICINO, M. P. Turismo e desenvolvimento regional: um estudo no estado de São Paulo. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, p. 220-234, 2011.

BRITO, M. M.; & ARAÚJO, M. A. D. Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 2, p. 253-271, 2006.

CLARO, J. A. S.; SOUZA, R. P. A infraestrutura para eventos e turismo de negócios na cidade de Santos. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 6, p. 88-105, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, W. A. O turismo como desenvolvimento econômico de Itanhaém (SP). **Monografia**. Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

FARIAS, L.; MONTEIRO, T. Centro Cultural de Aracaju: O que falta para se tornar referência no estado? **Anais**. In: Intercom, 2012.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 de maio de 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, D. S.; RIBEIRO, S. D. D.; MEZZAROBA, C.; SANTOS, A. C.; ARAGÃO, P.; GARCIA, L. C. P.; OLIVEIRA, T. S.; SANTOS, S. M. A Orla de Atalaia em Aracaju (SE) e seus equipamentos de esporte e lazer como problemática de pesquisa: levantamento e discussão dos dados. **Scientia Plena**, v. 9, n. 8, p. 1-18, 2013.

MENEGUEL, C. R. A.; CORDEIRO, G. T. R. F.; DEUS, P. S. Baixada Santista ou Costa da Mata Atlântica? Eis a questão: identificação da percepção do visitante sobre a marca Costa da Mata Atlântica. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, p. 500-523, 2016.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Portaria MTur n° 197, de 14 de setembro de 2017**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/8198-portaria-n%C2%BA-197,-de-14-de-setembro-de-2017.html>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

PINHEIRO, R. C. S.; SANTOS, C. A. J. Evolução urbana, cultura e turismo no centro urbano de Aracaju (SE). **Ponta de Lança**, v. 6, n. 11, p. 46-67, 2013.

PROVINCIALI, N.; LUCIA, V.; EDOARDO, M.; CALADO, B.; CLAUDIA, A.; MONTEIRO, S.; SANTOS, J. C. Estudo do Impacto Socioeconômico do Turismo: Perfil da Hospitalidade Aracajuana e os Elos da Cadeia Produtiva, (1997-2000). **Anais**. In: Anais do Seminário de Pesquisa FAP-SE, 2002.

SACRAMENTO, P. M.; TEIXEIRA, R. M.; CERQUEIRA, A. C. Redes de cooperação entre pequenas empresas do setor hoteleiro e a rede turística: um estudo de casos múltiplos em Aracaju, Sergipe. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2010.

SANTOS, A. F. L. Competitividade no setor de viagens e turismo: estudo de casos múltiplos na Região Metropolitana da Baixada Santista. **Dissertação**. Mestrado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi: São Paulo, 2015.

SANTOS, A. F. L.; GUIZI, A. A.; CAVENAGHI, A. J. Análisis sobre el "Programa de Revitalización y Desarrollo de la Región Central Histórica de Santos", San Pablo, Brasil (Alegra Centro). **Anais.** In: Congreso Internacional de Investigación en Turismo, 2014.

SANTOS, A. F. L.; WADA, E. K. Análise dos impactos das relações de hospitalidade entre stakeholders na competitividade de destinos turísticos. **Revista Ateliê do Turismo**, v. 1, n. 1, p. 25-43,2017.

SANTOS, A. F. L.; WADA, E. K. Impactos das Relações de Hospitalidade e Hostilidade entre Stakeholders sobre a Competitividade de Destinos Turísticos. **Applied Tourism**, v. 3, n. 1, p. 147-169, 2018.

SANTOS, M. N. L.; SANTOS, M. C. L. O litoral sergipano e a opção pelo turismo **Anais**. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013.

SARTORE, M. S. A representação coletiva dos bares e restaurantes "pé-na-areia" produzida pelo dispositivo TripAdvisor. **TOMO**, v. 1, n. 30, p. 303-336, 2017.

SEMIÃO, V. M. R. Governança do turismo no munícipio de Aracaju: uma análise com base no conceito de destinos turísticos inteligentes. Relatório. **Projeto de Iniciação Científica**. Faculdade de Turismo. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2017.

SETUR/SE. Secretaria de Estado de Turismo (Sergipe). **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**: Polo Costa dos Coqueiros. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2018.

SILVA, J. A. Análise da competitividade do turismo no município de Aracaju. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 2, p. 188-210, 2015.

SILVA, L. A. C.; ANDRADE, J. R. L.; Prostituição e (des)construção da imagem de um destino turístico: a Orla de Atalaia, Aracaju (SE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 1, p. 42-59, 2012.

SOARES, J. C.; SEMIÃO, V. M. R.; MARQUES, S. F. L.; CONCEIÃO, R. B. A governança do turismo em um município do nordeste brasileiro: uma análise em base ao conceito de destinos turísticos inteligentes. **Anais**. In: Seminario Internacional Destinos Turísticos Inteligentes, 2017.

TINEO, D.; TOMAZZONI, E. L. Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n. 3, p. 113-130, 2017

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.